



Pensando Áfricas e suas diásporas

www.periodicos.ufop.br/pp/index.php/pensandoafricanas

NEABI – UFOP - Mariana/MG

Vol. 01 N. 01 – jan/jun 2015

Anais do III Seminário Pensando Áfricas e suas diásporas - parte 1

Pensando sobre o ensino da língua portuguesa em Guiné-Bissau

Fátima Djata*

Resumo: Este trabalho tem por objetivo fazer uma discussão sobre ensino da língua portuguesa em Guiné-Bissau. Considera-se que o ensino nesse País enfrenta muitos desafios devido à língua Portuguesa não ser a língua mais usada pelas comunidades guineenses. Em Guiné-Bissau há varias etnias com culturas e tradições diferentes e conseqüentemente línguas e dialetos variados. Com isso, a língua Portuguesa muitas vezes é ensinada apenas na escola, por meio de políticas linguísticas (CALVET, 2007) usadas na tentativa de homogeneização. Como objetivo específico pretende-se: a) refletir sobre como são implantadas as políticas linguísticas no ensino da língua Portuguesa em Guiné-Bissau; b) observar a influência das outras línguas e dialetos no ensino da língua Portuguesa. Para isso, a metodologia deste trabalho consiste no levantamento teórico e epistemológico sobre ensino em Guiné-Bissau, relacionando esse levantamento às percepções da pesquisadora, a qual tem a vivência e conhecimento do funcionamento do ensino nesse País. Deste modo, percebe-se que em lugares onde há convívio, uso e aprendizado de diversas línguas e dialetos, o ensino da língua é caracterizado por práticas multilinguísticas além do que não se pode desconsiderar a identidade cultural de cada individuo que indica a constituição do nosso eu mais interior. No entanto, o domínio da língua portuguesa precisa ser reforçado para que todas tenham direito, principalmente no contexto educacional, a falar e escrever em português, que é a língua oficial.

Palavras-chave: Língua Portuguesa; Ensino; Guiné-Bissau.

Resumen: Este trabajo tiene por objetivo hacer una discusión sobre enseñanza de la lengua portuguesa en Guinea-Bissau. Se considera que la enseñanza en ese país enfrenta muchos desafíos debido a que la lengua portuguesa no es la lengua más utilizada por las comunidades guineanas. En Guinea-Bissau hay varias etnias con culturas y tradiciones diferentes y, conseqüentemente, lenguas y dialectos variados. Con ello, la lengua portuguesa muchas veces se enseña sólo en la escuela, por medio de políticas lingüísticas (CALVET, 2007) usadas en el intento de homogeneización. Como objetivo específico se pretende: a) reflexionar sobre cómo se implementan las políticas lingüísticas en la enseñanza de la lengua portuguesa en Guinea-Bissau; B) observar la influencia de las otras lenguas y dialectos en la enseñanza de la lengua portuguesa. Para ello, la metodología de este trabajo consiste en el levantamiento teórico y epistemológico sobre enseñanza en Guinea-Bissau, relacionando ese levantamiento a las percepciones de la investigadora, la cual tiene la vivencia y conocimiento del funcionamiento de la enseñanza en ese país. De este modo, se percibe que en lugares donde hay convivencia, uso y aprendizaje de diversas lenguas y dialectos, la enseñanza de la lengua se caracteriza por prácticas multilingüísticas, además de lo que no se puede desconsiderar la identidad cultural de cada individuo que indica la constitución de nuestro yo más interior. Sin embargo, el dominio de la lengua portuguesa necesita ser reforzado para que todas tengan derecho, principalmente en el contexto educativo, a hablar y escribir en portugués, que es la lengua oficial.

Palabras clave: Lengua Portuguesa, enseñanza, Guinea-Bissau.

* UEPG. E-mail: fatimadjata@gmail.com

1. Objetivo:

O objetivo deste trabalho é apresentar algumas reflexões sobre os estudos da língua portuguesa em Guiné-Bissau. Considera-se que o ensino nesse país enfrenta muitos desafios devido à língua Portuguesa não ser a língua mais usada pelas comunidades guineenses. Em Guiné-Bissau há várias etnias com culturas e tradições diferentes e conseqüentemente línguas e dialetos variados. Com isso, a língua Portuguesa muitas vezes é ensinada apenas na escola, por meio de políticas linguísticas (CALVET, 2007) usadas na tentativa de homogeneização. Este trabalho pretende: a) refletir sobre como são implantadas as políticas linguísticas no ensino da língua Portuguesa em Guiné-Bissau; b) observar a influência das outras línguas e dialetos no ensino da língua Portuguesa.

Em lugares onde há convívio, uso e aprendizado de diversas línguas e dialetos, o ensino da língua é caracterizado por práticas multilinguísticas além do que não se pode desconsiderar a identidade cultural de cada indivíduo que indica a constituição do nosso eu mais interior. Além disso, trata-se de um estudo que pode contribuir para minha formação como professora formada em uma universidade brasileira que pretende atuar em seu país de origem. No entanto, o domínio da língua portuguesa precisa ser reforçado para que todas e todos tenham direito, principalmente no contexto educacional, a falar e escrever em português, que é a língua oficial.

Assim, este trabalho tem por objetivo analisar o sistema educacional da Guiné-Bissau, no que diz respeito à formação do ensino da língua portuguesa e dos professores desse País, para pensar sobre a implementação do ensino num contexto onde há várias línguas étnicas e diferentes dialetos. Pretende-se com este trabalho falar um pouco da história do país e do ensino da língua portuguesa no Ensino Básico e complementar das escolas públicas e regionais da Guiné-Bissau, tendo por medida compreender a intervenção do Estado na contribuição para o ensino e para a formação dos professores do país.

2. Metodologia:

Este trabalho permite apresentar algumas reflexões sobre os estudos da língua portuguesa em Guiné-Bissau. Por motivos pessoais e afetivos pelo país, tenho interesse em abordar o setor educacional guineense, pois se trata de um público com quem já tive uma experiência vivida e também uma experiência educacional. Além disso, trata-se de um estudo

que pode contribuir para minha formação como professora formada em uma universidade brasileira que pretende atuar em seu país de origem.

Guiné-Bissau é um país cujo contexto étnico, cultural, religioso e linguístico é marcado pela diversidade. Existem no país mais de vinte religiões, sendo elas: católica (5%), muçulmana (35%), animista (60%), entre outras (dados censitários de 1979).

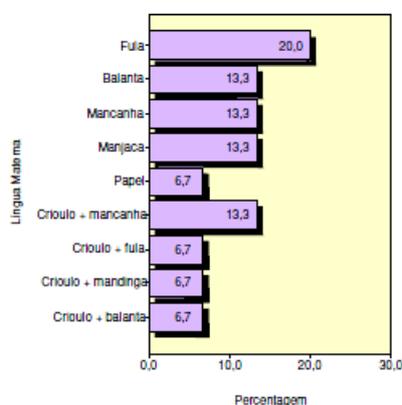
Para além do crioulo e do português, falam-se línguas que fazem parte dos subgrupos (Candé, 2008, p.17) Mandinga, Balanta, Pepel, Biafada, Mandjago, Fula, Mancai, entre outros. Essas são as línguas mais faladas na Guiné além do português e do crioulo.

As línguas mencionadas são as que mais representam na Guiné-Bissau, além disso, temos o crioulo que é falado pela maioria da população guineense: ela é a língua franca do País e também é a língua da união nacional. Ele é a verdadeira língua franca do país e do todo o território nacional guineense embora haja o crioulo há também. O português, que é a língua oficial do país, é falada por menos de metade da população da Guiné Bissau. Porém é a língua da escolarização e dos meios de comunicação, da documentação oficial, do governo em todos os atos oficiais.

Há outras línguas que também fazem parte no país, como o Cunante (sem percentagem de falantes), o Cassanga (em adiantado estado de desaparecimento), o Wolof, o Francês, etc. Também é bom salientar que muitas línguas são “nomes” diferentes para variedades da mesma língua como por exemplo: Nalu, Djacanca, e Saracule são as etnias que falam a variedade da mesma língua. Diante desse fato, o português não é visto na presença do crioulo, o que resulta em uma espécie de seguimento de variedades da língua português, passado por variedades de crioulo aportuguesado e crioulo tradicional até as línguas nativas. (Couto, 2009, pp.116, 117).

O gráfico abaixo, apresentado por Candé (2008), explicita esse contexto linguístico do país:

Gráfico 2 – Língua Materna



Em função da razão histórica, a língua identifica o uso linguístico dos grupos sociais em que estão inscritos no sentido do trabalho dos projetos, o papel das mudanças sociolinguísticas para a preservação de um povo. Através da linguagem, o ser humano expressa os seus sentimentos e busca refletir as suas ideias e pensamentos; o homem adquire seus valores éticos e crenças em sua ideologia, modo de viver a partir do grupo social em que está inserido, constituindo a sua linguagem e as suas representações sociais em função da cultura na qual está inserido. Assim, é no contexto cultural por meio da aprendizagem dos hábitos linguísticos que se permite a interação.

Essa situação de plurilinguismo, como vimos, é encontrada na Guiné-Bissau onde a língua portuguesa é imposta como língua oficial que é menos falada. O crioulo por sua vez é o mais dominado pela população. Também se encontram mais de 20 línguas e muitas delas caracterizam determinadas etnias as quais são faladas como língua materna com os pais, porque muitas famílias sentem dever de conversar com os filhos em suas línguas maternas para que essas línguas não sejam extintas (mesmo que sejam duas línguas: uma do pai e outra da mãe). Esse é o elo entre os indivíduos da mesma comunidade étnica e é utilizado nas aldeias entre amigos, vizinhos, nos casamentos tradicionais e festas religiosas, e também entre comunidades rurais e urbanas.

Segundo Candé (2008) citando Crispim (1994), nas opções políticas dos países recentes “sem tradição de unidade político-cultural não colonial” as questões do estatuto de língua veicular e de língua escolar adquirem maior importância. Contudo, devido a sua complexidade e o seu peso no desenvolvimento da sociedade, o setor da educação constitui a principal preocupação quando se trata da política linguística, pois envolve não só as questões de ordem política, psicossocial e cultural, mas também problemas de sucesso e rentabilidade

do sistema de ensino. A definição da política linguística num país multilíngue torna-se assim uma tarefa delicada, sobretudo em África. Isto porque “a necessidade de formação rápida de quadros nacionais em todas as áreas de atividade torna urgente o desenvolvimento de ações eficazes no âmbito da educação formal, sendo que a escolha das línguas de escolaridade pesa também, sem dúvida nos resultados dessas ações.” (Crispim, 1994, s/p).

Mas a cada passo para o desenvolvimento do país, as escolas estão melhorando nas regiões e no centro urbano, com apoio das cooperações internacionais e ONGS para o avanço nas escolas guineenses, também com ajuda dos outros países em termos de Intercâmbio, por exemplo, Brasil, Marrocos, Cuba, China, Turquia, Portugal, Rússia, Tunísia, Argélia, entre outros que estão ajudando a Guiné-Bissau não só na área de educação como em outros setores. No entanto, como já dito, a educação da Guiné está se expandido para todo território nacional, mas, ainda com algumas dificuldades com professores formados na área e também de infraestrutura. A partir de 2000, já existem centros de formação para garantir a formação dos professores de jardim de infância, também com ajuda de ONGs, e da Organização das Nações Unidas.

Mesmo com todo avanço ainda existe fracasso nas escolas guineenses, segundo dados estatísticos de 2010, (INE) Instituto Nacional de Estatística da Guiné-Bissau: somente 67% das crianças com idade para ensino primário são efetivamente escolarizadas e, em relação ao ensino secundário, a taxa líquida é de 24% (isso indica que 24% das crianças estão com idade de frequentar o Ensino Secundário).

O contexto histórico da colonização guineense e a negação da cultura africana trazem as circunstâncias vividas na África. Além de escravatura, os colonizadores menosprezavam a cultura africana assim como as literaturas e direitos políticos. Segundo Cá (2008, p.48) citando Cabral (1978, p.64), a maior parte dos professores das escolas primárias e todos os professores do ensino secundário eram europeus, exceto nas Ilhas de Cabo Verde, onde os africanos diplomados podiam lecionar no ensino secundário. Os conquistadores coloniais eram descritos como santos e heróis. As crianças africanas adquiriam um complexo de inferioridade ao entrarem na escola primária. Aprendiam a temer o homem branco e a ter vergonha de serem africanos. A geografia, história e a cultura da África não eram sequer mencionadas, ou eram adulteradas, e a criança era obrigada a estudar a geografia e a história portuguesa. Ainda segundo Cá (2008), a literatura oral sempre guardou riqueza cultural e sua prática tradicional na África negra. Assim, o povo da África narra a sua história em forma oral passando de geração a geração.

Diante dessa condição, Guiné-Bissau trata-se de um país com mais de um milhão e meio de habitantes, com uma taxa de alfabetismo de quase 60% e uma representação étnica e linguística que dificulta o ensino e aprendizado. Além disso, sem nenhuma livraria: dispõe apenas de uma editora privada e com uma fundação que, por cooperação sueca, edita livros didáticos.

Pensar na questão de identidade é pensar em conjuntos de características que podem nos diferenciar um aos outros tanto em termos étnicos quanto raciais. Um desses termos pode ser imigração de uma forma formal ou informal: no que diz respeito à imigração formal, para obter uma vida melhor - o que é não impossível no país de origem, em relação à imigração informal podemos dizer que é uma imigração obrigatória como no caso do tráfico de escravos que aconteceu com os nossos antepassados. Um dos principais problemas da imigração de países subdesenvolvidos é a pobreza, que é um dos fatores fundamentais que induz a imigração em vários países do mundo com melhores recursos em desenvolvimento.

A Guiné-Bissau é um país em processo de desenvolvimento e é fundado pelos Guineenses através do Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). No decorrer de todos esses anos de luta da libertação nacional, eles não deixaram de lutar para o processo da educação.

O procedimento da escrita dessa pesquisa se baseia na condição histórica da pesquisadora, que vai contribuir para as práticas de uma leitura possível de acordo com as suas pesquisas de cunho qualitativo: os dados apontam para uma educação escolar que se baseia na integração e na formação na vida dos indivíduos, que podem ser considerados a partir do seu potencial educativo. A organização educacional é uma forma pedagógica que tem como objetivo fundamental estabelecer o conteúdo e métodos das atividades escolares.

No decorrer dessas duas décadas, a situação difundido por Cá (1999) está relacionada com a política educacional: Cá (1999) demonstra como foi o direcionamento do Estado na área da educação da Guiné-Bissau nas últimas duas décadas para o cumprimento de pelo menos três funções a saber: em primeiro lugar, a transformação da estrutura implantada pelo colonialismo português através da dualidade educacional existente em todo o País: uma colonial e outras adquiridas nas zonas libertadas; em segundo lugar, a unidade da educação com o trabalho produtivo, por meio de contato direto dos estudantes com a realidade do país; por fim, combater o analfabetismo que era de 90%, considerado consequência do descaso com a educação durante educação colonial.

A transformação e educação voltada para realidade do país, em que a proposta é para contribuir na nova política educacional, não poderia ser concretizada sem que a mesma fosse direcionada para o cumprimento da terceira que é combate ao (Cá, 1999, p.14).

A tentativa de processo de transformação da educação para o desenvolvimento do currículo escolar poderia ajudar nas praticas educacionais que ocorriam nas escolas. Em todo o caso essa é umas das tentativas para que o governo possa controlar as programações existentes na época.

Em todo o caso, ao falar da educação da Guiné-Bissau, ainda há poucas pesquisas que abrangem setor educacional guineense, como é encontrado em relação aos outros países como, por exemplo, Brasil que tem muitos estudiosos na área da educação. No caso da Guiné-Bissau pode contar com alguns autores, como: Paulo Freire, em *Cartas á Guiné-Bissau*, que resultou um livro em 1978 e registra a sua passagem á Guiné-Bissau; e Lourenço Ocuni Cá que, dentre outros artigos que abordam a questão educacional guineense, redigiu *A contribuição de Paulo Freire na Organização do Sistema Educacional da Guiné-Bissau*(2007) e *A constituição da Política do Currículo na Guiné-Bissau e o mundo globalizado*(2008).

A educação da Guiné-Bissau é uma das mais baixas da sub-região, (Senegal, Gâmbia, Guiné Conakry), embora tenha havido um grande progresso no século passado. Ainda há falta de materiais didáticos e qualidade do ensino, que é implementado pelos professores que lecionam nas escolas primárias e não têm formação para o cargo. No entanto, mesmo com esse quadro, ao longo do magistério, a educação tem sido usada para a transformação de valores na dinâmica social e profissional de cada cidadão.

O sistema educativo da República da Guiné-Bissau tinha por finalidade formar todo o povo e desenvolver ao máximo as capacidades intelectuais, físicas e espirituais das novas gerações, na concepção científica do mundo, através da formação intelectual, científico-técnico, político-ideológica, física, moral, estética, de modo que os alunos formados nas escolas fossem capazes de interpretar, impulsionar e desfrutar dos progressos da ciência, da técnica e da cultura e tornarem-se jovens dotados de uma educação integral (CÁ, 2007, p.107).

Portanto, coloca-se também a esse nível alguns dos problemas de escassez de professores com qualificação exigida para o ensino. Há falta de bibliotecas, equipamentos didáticos, infraestruturas e materiais de apoio pedagógico para uma boa educação. Isso se deve também à dificuldade de ordem financeira da parte do governo. Assim, podemos considerar que a educação faz parte do desenvolvimento de um país.

3. Conclusões:

O objetivo deste trabalho é fazer uma discussão sobre ensino da língua portuguesa em Guiné-Bissau, pois se considera que o ensino nesse País enfrenta muitos desafios devido à língua portuguesa não ser a língua mais usada pelas comunidades, ser a língua oficial do país e, portanto, ensinada e “utilizada” nas escolas.

Com estes propósitos de: refletir sobre como são implantadas as políticas linguísticas no ensino da língua Portuguesa em Guiné-Bissau; e observar a influência das outras línguas e dialetos no ensino da língua Portuguesa, a metodologia deste trabalho consistiu no levantamento teórico e epistemológico sobre ensino em Guiné-Bissau, relacionando esse levantamento às percepções da pesquisadora, a qual tem a vivência e conhecimentos do funcionamento do ensino nesse País.

A organização da discussão buscou traçar as diretrizes de trabalho pedagógico e mostrar os encaminhamentos em termos de valorização das línguas do país. Vimos que se usa a língua portuguesa, mas a valorização maior é das línguas maternas e do crioulo. Essa configuração deve-se à implantação de políticas linguísticas que decorrem da história da colonização do país, mas também às escolhas dos falantes, que se encaminham para a direção oposta à imposta pelas políticas linguísticas.

Deste estudo inicial, é possível dizer que o tempo pode ajudar a dar maior suporte aplicativo a essas dificuldades, uma vez que, hoje, vejo que o material didático utilizado nas escolas como fraco, mas não via isso quando estudava.

Portanto, vejo a construção deste estudo que inicio como o processo de formação contínua do ensino de língua portuguesa no Ensino Básico e complementar da Guiné-Bissau, e a pesquisa bibliográfica juntamente com as demais reflexões permitiram proceder à revisão das questões teóricas de ensino aprendizagem das línguas e a formação dos professores que serviram da base para este trabalho.

Os resultados obtidos demonstram que as principais motivações para o desempenho de formadora esta relacionado com a vontade própria de contribuir com a experiência para a melhoria da qualidade de ensino no país, e o gosto pelo ensino. No entanto, as atividades de ensino de Língua Portuguesa precisam ser reforçadas, tornando-se mais amplas para que todos tenham direito, principalmente no contexto educacional, de que a língua portuguesa chegue a ser a segunda ou terceira língua para a maioria da população guineense.

Referências:

A educação na Guiné-Bissau: O domínio do caos, 2008. Disponível em: <<http://www.didinho.org/AEDUCACAONAGUINEBISSAUODOMINIODOCAOS.html>>. Acesso em 22 jul. 2011.

CÁ, Lourenço Ocuni. *A contribuição de Paulo Freire na Organização do Sistema Educacional da Guiné-Bissau*. Rio de Janeiro: Publit, 2007.

_____. *A constituição da Política do Currículo na Guiné-Bissau e o mundo globalizado*. Cuiabá: EdUFMT/CAPEL, 2008.

CANDÉ, Fátima. *A língua Portuguesa na Formação de Professores do Ensino Básico da Região de Bafatá, na Guiné-Bissau*. 130f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Português com Língua Segunda/ Língua estrangeira). Lisboa, 2008.

COUTO, Hildo Honório do. *Linguística, ecologia e ecolinguística: contato de línguas*. São Paulo: Contexto, 2009.

Guiné-Bissau. Disponível em http://www.statguinebissau.com/publicacao/relatorio_preliminar_mics4_idsr1.pdf. Acesso em: 18 jan.2013.

Taxa de Analfabetismo em Guiné-Bissau. 2004. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Guin%C3%A9-Bissau>> Acesso em: 22 jul. 2011.